

Inteligência Artificial: como torná-la sua principal aliada na advocacia

Keeity Braga Colodel

*Advogada da CAIXA em Santa Catarina
Pós-graduada em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela Anamatra da 12ª Região.
Formação em Programação Full Stack pelo SENAC.*

RESUMO

Este artigo discute como a Inteligência Artificial (IA) vem transformando significativamente o campo jurídico, oferecendo ferramentas que facilitam desde pesquisas básicas até análises complexas e preditivas. Apresenta conceitos fundamentais de IA, destacando *Machine Learning*, Processamento de Linguagem Natural e IA Generativa. Também examina aplicações práticas no sistema judiciário brasileiro, ilustrando iniciativas concretas e fornecendo orientações práticas para advogados, especialmente na Caixa Econômica Federal, demonstrando que não é necessário conhecimento tecnológico profundo para integrar essas soluções ao cotidiano profissional. Por fim, são abordados os desafios éticos e de segurança relacionados ao uso da IA, destacando-se a necessidade de uma mudança no perfil do profissional do Direito.

Palavras-chave: Inteligência Artificial. Direito. Jurimetria. Tecnologia Jurídica.

ABSTRACT

This article discusses how Artificial Intelligence (AI) has significantly transformed the legal field by offering tools ranging from basic research to complex and predictive analyses. It introduces fundamental concepts of AI, emphasizing Machine Learning, Natural Language Processing, and Generative AI. It also examines practical applications within the Brazilian judicial system, illustrating concrete initiatives and providing practical guidance for lawyers, particularly within Caixa Econômica Federal, demonstrating that deep technological expertise is not necessary to integrate these solutions into professional routines. Finally, ethical and security challenges related to AI use are addressed, highlighting the need for a shift in the profile of legal professionals.

Keywords: Artificial Intelligence. Law. Jurimetrics. Legal Technology.

Introdução

“Inteligência artificial não é para mim, porque não sou nada tecnológico.” Quantas vezes você já ouviu ou já falou algo similar a isso?

Não há dúvidas de que a revolução tecnológica provocada pela Inteligência Artificial (IA) tem afetado praticamente todos os setores da sociedade, e o Direito não é exceção. Em pouco tempo, o que antes era visto como ficção científica tornou-se uma realidade nos escritórios de advocacia e vem chegando também às entidades públicas.

Inicialmente, o impacto das novas ferramentas se restringia às pesquisas jurídicas básicas por meio de bases de dados eletrônicas, mas, com o avanço das técnicas de *Machine Learning* (ML) e Processamento de Linguagem Natural (NLP, na sigla em inglês), a Inteligência Artificial passou a oferecer soluções mais robustas, como a elaboração automatizada de documentos jurídicos, análise preditiva e até mesmo a previsão de resultados em litígios. Atualmente, sistemas baseados em aprendizado de máquina, algoritmos preditivos, análise de *big data* e, mais recentemente, tecnologias de IA generativa que auxiliam na síntese de informações e criação de textos têm se tornado grandes aliados dos operadores do Direito.

Diante desse cenário, surge uma pergunta relevante: essas ferramentas tecnológicas poderiam ser utilizadas com eficiência até mesmo por quem não possui conhecimentos aprofundados em tecnologia? A resposta é claramente “Sim”!

Apesar de todos os avanços, o meio jurídico ainda enfrenta desafios de adaptação, especialmente porque muitos profissionais, acostumados aos métodos tradicionais de pesquisa e elaboração de peças, sentem-se inseguros diante de tantas inovações tecnológicas. Como consequência, surge uma resistência à aquisição de novos conhecimentos relacionados à inteligência artificial, por entenderem que se trata de algo muito complexo para quem não é tecnológico.

Ao longo deste artigo, pretende-se desmistificar a lenda de que é necessário entender de tecnologia para aproveitar os benefícios advindos da inteligência artificial, trazendo exemplos práticos que podem otimizar a rotina de qualquer operador do Direito.

Busca-se, assim, não apenas informar, mas também inspirar a adoção das ferramentas de IA no cotidiano profissional e espera-se, ao final, demonstrar que a tecnologia não substitui o advogado, mas sim complementa suas habilidades, ampliando o alcance de sua expertise e otimizando rotinas que, até então, eram repetitivas e custosas.

1 Conceitos-chave para entender e aplicar IA no Direito

A Inteligência Artificial é uma área da ciência da computação dedicada ao desenvolvimento de sistemas e algoritmos capazes de executar tarefas que, tradicionalmente, exigiriam inteligência humana (TRINDADE; OLIVEIRA, 2023). A seguir, serão apresentados, de forma básica, os conceitos de *Machine Learning*, Processamento de Linguagem Natural e IA Generativa, essenciais à inteligência artificial e importantes para a compreensão dos próximos capítulos.

Por meio do *Machine Learning* (Aprendizado de Máquina), algoritmos são treinados para identificar padrões e gerar previsões a partir de dados de entrada (FREITAS, BARDDAL, 2019, p. 107-126). No campo jurídico, esses algoritmos podem classificar documentos em processos, extrair informações-chave de contratos e processos, como cláusulas de confidencialidade ou prazos de vigência, bem como realizar análises preditivas sobre o desfecho de litígios, auxiliando advogados na sua tomada de decisão.

O Processamento de Linguagem Natural (*Natural Language Processing* – NLP) é uma subárea da Inteligência Artificial que busca permitir que os computadores compreendam, interpretam e produzam texto em linguagem humana. Em termos simples, trata-se da capacidade de um sistema computacional de interagir com o ser humano por meio da linguagem natural — falada ou escrita — com níveis cada vez maiores de precisão e contexto.

No campo jurídico, o NLP viabiliza a criação de ferramentas capazes de ler, analisar, resumir e até redigir documentos jurídicos de forma automatizada, reduzindo o tempo dedicado a tarefas repetitivas e aumentando a produtividade. Uma aplicação relevante desse avanço é o desenvolvimento de *chatbots* jurídicos, que são programas de computador projetados para simular conversas com usuários humanos, podendo aprender com essas perguntas e interações para saber como respondê-las no futuro (RIBEIRO, 2023). Utilizando algoritmos de NLP, esses assistentes virtuais podem fornecer respostas automáticas a perguntas fre-

quentes, esclarecer dúvidas sobre direitos trabalhistas ou processuais, e até mesmo realizar triagens iniciais de casos, com base nas informações fornecidas pelo usuário.

Por sua vez, a IA Generativa, representada por modelos de linguagem de última geração, como GPT (*Generative Pre-trained Transformer*), é um ramo da IA voltado à criação autônoma de novos conteúdos, como textos, imagens, sons, códigos e vídeos, com base em padrões aprendidos a partir de grandes volumes de dados (MCCARTHY; MASON, 2024). No campo jurídico, surgem ferramentas que geram esboços de petições ou contratos, partindo de *prompt* (*prompt engineering*) fornecido pelo usuário, além de análises de risco pautadas em dados de mercado, aliadas à base de dados internas.

2 Breve panorama da evolução da IA na Área Jurídica

A automação dos processos com o uso de ferramentas tecnológicas no Direito começou com a popularização dos computadores na década de 1980, quando escritórios de advocacia e Tribunais começaram, gradualmente, a adotar sistemas eletrônicos para gestão de processos e criação de bancos de dados jurídicos (WHITE, 2024).

No entanto, foi a partir dos anos 2000, com o surgimento e aprimoramento de algoritmos baseados em aprendizado de máquina, que a Inteligência Artificial ganhou destaque no meio jurídico, impulsionando especialmente as plataformas de pesquisa jurisprudencial e análise documental.

Com o avanço significativo das técnicas de Processamento de Linguagem Natural (NLP) e o desenvolvimento de redes neurais mais complexas e eficientes, surgiram soluções capazes não apenas de sintetizar documentos jurídicos extensos, mas também de elaborar automaticamente minutas contratuais e petições iniciais. Esses avanços proporcionaram um nível inédito de eficiência operacional, permitindo aos profissionais concentrarem-se em atividades jurídicas mais complexas e estratégicas.

Paralelamente, ferramentas especializadas voltadas exclusivamente ao contexto jurídico passaram a ser desenvolvidas, como softwares que realizam análises preditivas para estimar as chances de êxito em litígios judiciais. Essas tecnologias, baseadas em modelos estatísticos e padrões jurisprudenciais anteriores, oferecem um suporte valioso à tomada de decisões estratégicas, aumentando a assertividade e reduzindo incertezas relacionadas ao resultado das demandas judiciais.

Além disso, foram criadas soluções inteligentes de automação na produção documental, capazes de eliminar tarefas repetitivas na rotina jurídica, aumentando a produtividade e reduzindo erros humanos. Essa transformação tecnológica impulsionada pela Inteligência Artificial aponta para um futuro no qual o papel do advogado está cada vez mais ligado à gestão estratégica do conhecimento e ao uso crítico das novas tecnologias.

3 Aplicações práticas da IA no trabalho dos operadores do Direito

O impacto da tecnologia no Direito não se limita à automação de tarefas burocráticas. Trata-se de uma revolução que redefine a forma de pensar, pesquisar e praticar o Direito, afetando, de forma transversal, a rotina de advogados, juízes, promotores, defensores públicos e departamentos jurídicos de empresas.

De acordo com pesquisa realizada pelo *British Institute of International and Comparative Law* (BIICL, 2023), a tecnologia está cada vez mais sendo utilizada para auxiliar advogados em pelo menos sete áreas:

1. Pesquisa jurídica e *e-discovery* (ferramenta de busca e descoberta).
2. Automação de documentos (elaboração e gestão de documentos).
3. Análise preditiva jurídica (ferramenta analítica preditiva).
4. Revisão jurídica (leitura e resumo de documentos).
5. Gestão de casos (agendamento e arquivamento).
6. Automação de aconselhamento jurídico (comunicação e suporte ao cliente).
7. Informação e marketing (aprendizado e ferramenta de marketing).

Por meio da pesquisa jurídica, é possível realizar buscas qualificadas de jurisprudência e doutrina, analisando milhares de decisões judiciais em questão de segundos e identificando padrões argumentativos. O *e-discovery*, por sua vez, permite que advogados empreguem algoritmos para classificar e filtrar documentos, descartando rapidamente os irrelevantes e concentrando-se no essencial.

A automação de contratos e petições é uma das frentes mais consolidadas do uso de IA no Direito, existindo softwares especializados que identificam cláusulas-padrão e sugerem corre-

ções ou adequações conforme o contexto. Um exemplo prático é a utilização para o ajuizamento de ações judiciais de cobrança que seguem um mesmo padrão. Isso confere padronização, segurança jurídica ao reduzir a probabilidade de omissões ou incompatibilidades e agilidade, vez que reduz o tempo de elaboração de grande volume de documentos, especialmente quando se trata de casos ou processos repetitivos e de menor risco (WHITE, 2024).

A revisão jurídica, particularmente em processos complexos como fusões e aquisições (*due diligence*), envolve a análise de grandes quantidades de documentos contratuais e financeiros. Modelos de IA conseguem rastrear automaticamente cláusulas sensíveis, reduzir erros e destacar pontos críticos em minutos, algo que tradicionalmente levaria dias (BROWN, 2024).

A análise preditiva, muitas vezes considerada o trunfo da IA jurídica, envolve algoritmos que, a partir de dados históricos, geram probabilidades de um caso ser julgado procedente ou improcedente, estimam valores de indenização e duração do processo. Embora não substitua o juízo de valor de um advogado experiente, fornece subsídios valiosos para negociação e gerenciamento de risco (THOMSON REUTERS, 2025). Em processos trabalhistas, por exemplo, ferramentas de análise preditiva ajudam empresas a decidirem se é mais vantajoso propor acordos ou prosseguir com o litígio, baseando-se em estatísticas de casos semelhantes.

A gestão de casos, outra área beneficiada pela Inteligência Artificial, refere-se ao controle eficiente do fluxo de trabalho jurídico, incluindo o agendamento de prazos, audiências, compromissos e o arquivamento organizado de processos digitais. Ferramentas baseadas em IA são capazes de prever conflitos de agenda, alertar automaticamente sobre prazos importantes e classificar documentos e e-mails relacionados a cada caso, simplificando o acompanhamento dos processos e evitando atrasos ou perdas de prazos que poderiam prejudicar o andamento de ações judiciais.

Os *chatbots* alimentados por IA tornaram-se populares como forma de triagem e atendimento prévio a clientes. Eles podem esclarecer dúvidas comuns, agendar reuniões e coletar dados iniciais, ou até mesmo esclarecer dúvidas jurídicas, liberando advogados para se concentrarem em atividades mais complexas. Como exemplo, pode-se citar a criação de *chatbots* no setor jurídico de empresas para responder a consultas jurídicas em caso de dúvidas simples e recorrentes, evitando a necessidade de atendimento individualizado para cada demanda.

Por fim, o uso da IA para informação e marketing auxilia escritórios de advocacia e departamentos jurídicos a melhorarem suas estratégias de comunicação e aprendizado contínuo.

4 Como a Inteligência Artificial está transformando o Direito: exemplos práticos

Nos países desenvolvidos, a integração da inteligência artificial e outras tecnologias ao Direito já está bastante avançada, consolidando a chamada *LegalTech* (tecnologia jurídica). Diversos países têm investido em plataformas e sistemas que redefinem a prática jurídica. Entre os exemplos mais relevantes, destaca-se:

1. Nos Estados Unidos, a adoção de softwares baseados em Inteligência Artificial para análise contratual, avaliação de litígios e previsão de decisões judiciais já é uma prática consolidada. Ferramentas como o ROSS Intelligence, que utiliza IA para interpretar e responder questões jurídicas com base na legislação e na jurisprudência, e o LexisNexis, que processa grandes volumes de dados para sugerir argumentos e identificar precedentes relevantes, são amplamente utilizadas por escritórios e departamentos jurídicos (CARTAXO, 2024). Além disso, a prática da *legal analytics* – o uso de dados estatísticos para prever o comportamento dos Tribunais – tem crescido, permitindo que advogados estimem as probabilidades de sucesso em determinadas ações.
2. O Reino Unido, com um sistema jurídico historicamente baseado em precedentes, tem investido em sistemas que otimizam a análise de casos. Plataformas como a Judicata utilizam algoritmos para mapear conexões entre julgados, facilitando a identificação de padrões que podem orientar a argumentação jurídica. A plataforma Luminance faz revisões contratuais profundas e rápidas, identificando riscos e inconsistências documentais com extrema eficiência, reduzindo drasticamente o tempo e os custos envolvidos. Recentemente, foi criado um *bot* de inteligência artificial que auxilia na defesa do réu, fornecendo aconselhamento jurídico a um humano em uma audiência no Tribunal, coletando os argumentos das autoridades em tempo real e informando ao réu o que dizer por meio de um fone de ouvido (TRT10, 2025).
3. No Canadá e nos Estados Unidos, a startup DoNotPay oferece soluções jurídicas baseadas em IA para casos cotidianos, como multas e processos administrativos, permitindo

maior acessibilidade à Justiça e economia de tempo para cidadãos comuns. Inicialmente concebido para auxiliar cidadãos a recorrer de multas de estacionamento, expandiu-se para outras áreas, servindo de inspiração para advogados que desejam oferecer soluções automatizadas de menor complexidade.

E o Brasil não está alheio à revolução tecnológica no campo jurídico, existindo diversas iniciativas públicas e privadas que mostram que o país vem adotando soluções de IA que vão além da simples digitalização de processos.

Os escritórios de advocacia têm sido pioneiros na incorporação de tecnologias para otimizar seus serviços. Algumas das inovações mais relevantes são:

1. Softwares de Gestão Processual e Documental: sistemas que integram a gestão de casos, calendários de audiências e armazenamento de documentos digitais têm facilitado o gerenciamento de grandes volumes de informação, reduzindo riscos de perda e agilizando o acesso a dados relevantes.
2. Inteligência Artificial na Elaboração de Contratos e Pareceres: advogados estão utilizando ferramentas de IA que, através da análise de modelos linguísticos, ajudam a identificar cláusulas, pareceres e até sugerir alterações contratuais com base na legislação vigente.
3. Automação de Tarefas Administrativas: desde a triagem de e-mails até a organização de agendas e a análise preventiva de litígios, a automação tem possibilitado aos escritórios dedicar mais tempo à estratégia jurídica e menos às atividades operacionais.

Na esfera pública, também vêm sendo adotadas práticas inovadoras buscando a otimização de rotinas e o aumento da eficiência na Administração Pública.

O Processo Judicial Eletrônico (PJe) representou o ponto de partida para a transformação digital no Judiciário brasileiro, tornando obsoletos os processos em papel e permitindo que advogados peticionassem de qualquer lugar, além de proporcionar acesso aos andamentos processuais, petições e intimações de forma rápida e acessível (CNJ, 2025a).

Com a massificação do PJe, abriram-se portas para a adoção de soluções mais avançadas, como a classificação automática de petições adotadas em alguns Tribunais. Um exemplo é o Tribunal de Justiça de São Paulo, que utiliza algoritmos de IA para classificar os processos conforme a matéria de direito ou a natureza da ação, agilizando a etapa de distribuição (TJSP, 2023). Outro exemplo é o

TOTH, sistema desenvolvido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios que automatiza a identificação da classe processual e dos assuntos a partir da leitura da petição inicial, o que proporciona uma triagem mais rápida e eficiente, otimizando a tramitação dos processos desde o início (TJDFT, 2025a).

O CNJ tem o programa 4.0, que torna o sistema judiciário brasileiro mais próximo da sociedade ao disponibilizar novas tecnologias e Inteligência Artificial em código aberto, apresentando soluções desenvolvidas como parte da cooperação técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (CNJ, 2025a). Como exemplo, cita-se o Sistema de Apresentação Remota por Reconhecimento Facial (Saref), desenvolvido pelo TJDFT, que permite que pessoas cumprindo penas alternativas passem por um processo de reconhecimento facial em sua apresentação periódica, utilizando técnicas de IA e geolocalização.

A pandemia acelerou a adoção de audiências virtuais e, consequentemente, de sistemas de mediação e conciliação online (e-CNJ). Nessa esfera, algoritmos de IA podem sugerir acordos com base em dados estatísticos de soluções anteriores.

A implementação da Plataforma +Acordo pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro marcou um avanço na resolução de disputas, ao incorporar Inteligência Artificial para facilitar a negociação entre as partes. Com interface intuitiva e acessível, a +Acordo se valeu, em sua versão inicial, de Inteligência Artificial para avaliar a possibilidade de oferecimento de propostas de acordo com base nas informações e dados fornecidos pelas partes, considerando também a jurisprudência consolidada do Tribunal. Além disso, a plataforma está integrada ao sistema PJe, o que contribui para a automatização de etapas processuais, reduzindo o tempo de tramitação e promovendo maior eficiência na solução de conflitos de menor complexidade (TJRJ, 2025).

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios vem implementando várias soluções a partir da Inteligência Artificial. A Artemis foi criada para identificar casos de litispen-dência, prevenção ou coisa julgada, rastrear e analisar todos os processos autuados no PJe. Ao prevenir a litispêndência e identificar processos duplicados, esta ferramenta reduz o volume de processos desnecessários, permite que os recursos do Tribunal sejam direcionados de modo mais eficiente. Isso resulta em uma tramitação mais rápida e organizada dos processos legítimos.

Além disso, o TJDF possui a ferramenta Maat, que tem como propósito principal recomendar Temas de Tese Firmada ou Sobrestamento (TJDFT, 2025b).

Foram criados, ainda, sistemas de Inteligência Artificial para Análise de Jurisprudência. Tribunais como o Supremo Tribunal Federal começaram a experimentar algoritmos que sugerem precedentes e correlacionam decisões semelhantes, facilitando a pesquisa jurídica. No Superior Tribunal de Justiça, a ferramenta Athos utiliza a Inteligência Artificial para identificar e monitorar temas repetitivos (STJ, 2024). A jurisprudência repetitiva é identificada com maior precisão, o que acelera julgamentos e confere maior segurança jurídica aos litigantes.

Em dezembro de 2024, o STF lançou a Maria, ferramenta que utiliza a Inteligência Artificial Generativa, que é aquela inteligência capaz de produzir, de gerar conteúdos e que elabora textos. A tecnologia permite gerar automaticamente minutas de ementas, com o resumo do entendimento do ministro sobre a matéria em questão, pode resumir relatórios de ministros em Recursos Extraordinários (REs) e em Recursos Extraordinários com Agravo (AREs), e também realiza a análise inicial de processos de reclamação, inspirada no sistema Galileu do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (STF, 2024).

Além disso, o Ministério Público vem adotando diversas soluções a partir de Inteligência Artificial. Como exemplo, cita-se a utilização de IA, pelo MPF, para analisar grandes volumes de documentos em investigações complexas, como em casos de corrupção, lavagem de dinheiro e crimes ambientais, havendo cruzamento de dados de transações financeiras e relatórios para identificar padrões suspeitos (MP, 2023).

A Inteligência Artificial vem auxiliando o MP também a identificar fraudes em licitações, mapear casos de improbidade administrativa, cruzando dados de portais de transparência e gerar perfis estatísticos de reincidências criminais, auxiliando na definição de políticas de segurança pública. Entre as ferramentas mais notáveis, estão:

1. **Sistemas de Monitoramento e Inteligência de Dados:** ferramentas que analisam grandes volumes de dados para identificar padrões de corrupção, desvio de recursos ou fraudes. Essas soluções têm sido implementadas em parceria com empresas de tecnologia e universidades.
2. **Plataformas de Denúncia Digital:** sistemas como o *MP Conectado* permitem a coleta de denúncias por meio de interfaces digitais, proporcionando maior participação da sociedade e resposta mais rápida dos órgãos competentes.
3. **Uso de *Chatbots*:** o emprego de *chatbots* em sites oficiais do MP tem facilitado o atendimento ao cidadão, esclare-

cendo dúvidas e orientando o encaminhamento de denúncias e informações necessárias.

Também Procuradorias federais, estaduais e municipais têm utilizado ferramentas de IA para uma gestão mais eficiente da dívida ativa, inclusive automatizando a emissão de guias e o acompanhamento de negociações de débitos tributários.

5 Como utilizar a Inteligência Artificial de forma simples no dia a dia

Na prática, o advogado não precisa dominar tecnologia para poder utilizar as ferramentas de Inteligência Artificial.

Para pesquisas jurídicas, por exemplo, existem algumas plataformas gratuitas e outras pagas, as quais possibilitam a busca jurisprudencial e doutrinária de forma unificada, reduzindo o tempo gasto pelo advogado ao permitir o acesso à pesquisa avançada de todos os Tribunais simultaneamente. Para alcançar resultados cada vez mais assertivos, recomenda-se a prática constante de elaboração de pesquisas com termos específicos, ainda que não exijam alto grau de complexidade.

Há também empresas que disponibilizam ferramenta de jurimetria, que é a aplicação de métodos quantitativos, análise estatística e ferramentas de Inteligência Artificial ao Direito, com a finalidade de extrair informações objetivas a partir de dados jurídicos. Por meio de análises preditivas, a jurimetria permite identificar tendências, padrões e probabilidades relacionadas a decisões judiciais, comportamento de Tribunais e julgadores, além de apontar argumentos mais eficazes em determinados casos. Essa abordagem contribui para uma tomada de decisão estratégica mais precisa, proporcionando maior previsibilidade e eficiência nos resultados dos processos.

O setor jurídico da Caixa Econômica Federal, no fim de 2024, efetuou a contratação da empresa JUIT RIMOR para fornecer aos advogados do quadro uma solução capaz de pesquisar jurisprudência e realizar análises jurídicas (jurimetria) em todas as áreas do Direito. Tal software permite a pesquisa unificada em diversas fontes e auxilia na tomada de decisões baseadas em dados e no perfil dos julgadores.

Embora o uso da ferramenta de jurimetria não seja complexo, demanda treinamento e prática na formulação de pesquisas, fornecendo subsídios para a definição de estratégias jurídicas, bem como para a tomada de decisões relacionadas à política recursal e à conciliação.

Outra aliada essencial do advogado é a IA Generativa, acessada por meio de *prompts* adequados. A chamada “engenharia de *prompt*” consiste na habilidade de formular perguntas e comandos claros e objetivos, a fim de obter os melhores resultados de um modelo de linguagem.

No universo dos modelos de linguagem natural, os *prompts* representam o canal de comunicação entre o usuário (advogado, juiz, promotor, etc.) e a Inteligência Artificial, fornecendo instruções e contexto para que o sistema comprehenda a tarefa a ser executada.

Diferentemente de uma pesquisa em um mecanismo de busca convencional, essa interação pode ser mais complexa, incluindo perguntas encadeadas, delimitação de escopo e formatação específica de resultados.

Novamente, não se exige que o profissional de Direito tenha conhecimentos na área de tecnologia, mas que desenvolva a habilidade de elaborar perguntas bem construídas, garantindo respostas eficientes, maior assertividade e agilidade no dia a dia forense. Mesmo aqueles profissionais que se caracterizam como “não tecnológicos” precisarão adotar uma postura proativa e aberta à aprendizagem, a fim de não ficarem à margem dessa transformação.

Além disso, existem ferramentas de IA dedicadas à gestão jurídica estratégica que, mediante análise preditiva, fornecem informações sobre condenação média por matéria, nível de risco de condenação e até mesmo recomendações acerca de políticas de acordo. A empresa DataLawyer, por exemplo, contratada em 2025 para utilização pelos gestores da área trabalhista da CAIXA, disponibiliza análises de risco e provisionamento, sugestões de políticas de acordo e contingências com base na captura de documentos processuais de diversos Tribunais do país, o que possibilita a definição de estratégias pautadas em dados.

A implementação dessas tecnologias não apenas otimiza a gestão dos processos jurídicos, mas também contribui para uma advocacia mais estratégica e orientada a dados, alinhando-se às demandas de um mercado cada vez mais competitivo e tecnológico.

Em 2024, a Caixa Econômica Federal disponibilizou aos seus empregados acesso ao COPILOT, ferramenta de Inteligência Artificial integrada ao pacote Office, que usa modelo de linguagem para interagir com os usuários. Essa iniciativa possibilita a criação de *prompts* específicos aplicáveis às rotinas diárias dos

profissionais, incluindo as atividades jurídicas desempenhadas pelos advogados da instituição.

A seguir, são apresentados alguns exemplos de *prompts* simples que podem ser utilizados pelos advogados em sua atuação, com ou sem a inserção de documentos na ferramenta de IA:

1. “Analise a petição inicial em anexo e faça um resumo dos pedidos e fundamentos jurídicos dos pedidos.”
2. “Com base no processo integral juntado, faça um resumo das decisões proferidas e do título judicial, apontando data de prescrição e critérios para elaboração dos cálculos de condenação.”
3. “Liste as decisões do TJSP sobre dano moral em contratos de locação nos últimos 3 anos, destacando o valor médio de indenização.”
4. “Revise este texto de uma contestação, melhorando a coerência e a clareza dos argumentos, retirando passagens redundantes ou repetitivas, mas mantendo o conteúdo jurídico.”
5. “Analise a jurisprudência recente dos tribunais superiores sobre responsabilidade civil de instituições financeiras em fraudes bancárias digitais e gere um relatório de risco indicando a probabilidade de êxito nas ações propostas contra a Caixa, sugerindo estratégias defensivas.”
6. “Resuma as principais cláusulas contratuais que devem constar nos contratos habitacionais da Caixa para reduzir risco de litigiosidade em ações revisionais futuras.”
7. “Identifique e resuma tendências recentes do STJ em relação à responsabilidade civil dos bancos por transações fraudulentas realizadas via PIX.”
8. “Gere checklist detalhado para acompanhamento processual de ações revisionais cíveis, destacando prazos críticos, recursos cabíveis e documentos indispensáveis à defesa.”
9. “Analise decisões recentes dos tribunais regionais do trabalho quanto à condenação ou absolvição em processos envolvendo horas extras em teletrabalho bancário, sugerindo estratégias preventivas e de defesa.”
10. “Resuma jurisprudência atual sobre riscos jurídicos e responsabilidades da Caixa em processos trabalhistas que discutem terceirização de serviços de vigilância e limpeza.”

Quanto mais claro e focado o *prompt*, mais precisa será a resposta da IA. Assim, nos exemplos anteriormente trazidos, é importante inserir detalhes adicionais e instruções específicas quanto ao tipo de resposta desejada para garantir maior assertividade.

Esses comandos podem ser gradualmente aprimorados, à medida que o profissional desenvolve uma “biblioteca digital” de *prompts* otimizados para diferentes cenários jurídicos.

Esse método de comunicação inteligente reduz o tempo de análise, pois o profissional não precisa filtrar manualmente um grande volume de resultados irrelevantes. A possibilidade de obter informações direcionadas e de qualidade, mesmo sem conhecimento técnico aprofundado, resulta em ganhos expressivos de produtividade na prática jurídica, sobretudo para aqueles que atuam na advocacia bancária ou em áreas correlatas.

6 Tornando-se um Advogado 4.0

Há um receio comum entre profissionais experientes que se consideram “pouco tecnológicos” ou que não possuem formação na área de tecnologia. Entretanto, o uso de IA aplicada ao Direito não exige conhecimentos avançados de programação.

O ponto de partida para a utilização dessas ferramentas é abandonar crenças limitantes e passar a explorá-las gradualmente, verificando como podem otimizar as rotinas de trabalho. À medida que o profissional se familiariza com a ferramenta, recomenda-se buscar treinamentos e workshops — seja em plataformas disponíveis na internet ou oferecidos pela própria instituição.

Advogado 4.0 é o profissional do Direito que integra ferramentas tecnológicas e metodologias de inovação às suas atividades, utilizando recursos como Inteligência Artificial, análise de dados (jurimetria), plataformas de automação de documentos e sistemas digitais de gestão de processos para otimizar sua atuação. Essa postura vai além do simples manuseio de softwares: envolve uma mentalidade voltada para soluções eficientes e estratégicas, visando a uma maior produtividade, à precisão na tomada de decisões e à melhoria na prestação de serviços jurídicos (AZEVEDO E SOUZA, 2019).

Para resultados mais eficientes, é fundamental desenvolver uma “clareza linguística” na elaboração dos comandos (*prompts*). Quanto mais objetivo e bem delimitado for o *prompt*, maior a precisão das respostas fornecidas pelas plataformas de IA, as quais se baseiam em padrões e estatísticas. Ressalta-se, contudo, a importância de sempre verificar se as informações fornecidas fazem sentido jurídico e se as fontes citadas são confiáveis.

Aos profissionais que ainda não se sentem preparados para a utilização das ferramentas de IA, seguem algumas dicas que podem auxiliar neste período de adaptação:

1. Cursos e Treinamentos: é importante que o profissional participe dos cursos e treinamentos disponibilizados pela empresa e pela OAB, especialmente voltadas ao uso das plataformas de Inteligência Artificial e técnicas de *prompt engineering*, ou mesmo busque outros artigos e cursos na internet a respeito do tema.
2. Prática Gradual: comece utilizando ferramentas que possuam interfaces amigáveis e tutoriais bem estruturados. A familiarização inicial com o uso dos *prompts* não exige uma imersão profunda em programação; o essencial é aprender a formular perguntas corretamente.
3. Adoção de *Templates* e Exemplos Predefinidos: estabeleça modelos de comandos para tarefas recorrentes, como pesquisas jurídicas ou análises contratuais. Esses *templates* podem ser adaptados conforme a necessidade, facilitando a curva de aprendizado.
4. Integração com Rotinas Diárias: faça uso de sistemas de gestão que permitam a integração dos *prompts* na rotina. Por exemplo, agendas digitais que relembram prazos processuais ou plataformas que integram documentos de forma centralizada.
5. Pesquisa de Jurisprudência Focada: a partir de utilização de *prompt*, ao invés de procurar nos sites dos Tribunais, por exemplo: "Sistema, busque decisões do STJ entre 2021 e 2023 sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, destacando a fundamentação principal".
6. Inclusão de práticas no dia a dia: ao elaborar pareceres e peças processuais, utilizar sistemas baseados em IA para aperfeiçoar a pesquisa de jurisprudência e doutrina. Após a elaboração de peças mais complexas, antes de protocolar, o profissional usa uma ferramenta de IA para checar coesão textual, formatação e possíveis cláusulas redundantes.
7. Procure Apoio de Especialistas: à medida que as tecnologias julgam seu lugar, buscar suporte especializado – consultorias em LegalTech ou mesmo colegas de profissão que já dominam o assunto – pode acelerar o processo de adaptação.

A utilização da Inteligência Artificial no dia a dia pode ser progressivamente ampliada, para cada vez mais trazer benefícios e aumento de produtividade. Seguem mais alguns exemplos práticos que podem contribuir para tanto:

1. Geração de relatórios: com *prompts* predefinidos, o advogado pode gerar relatórios de andamento de proces-

sos em linguagem acessível ao cliente, evitando textos excessivamente técnicos.

2. Gerador de Sumários Automáticos: inserir uma petição longa em uma IA que resuma os pontos principais em poucos parágrafos.
3. Sugestões de Referência Bibliográfica: solicitar à IA que indique doutrinas contemporâneas sobre tema específico, facilitando a pesquisa inicial (sempre checando a veracidade das citações).
4. Conversão de Áudio para Texto: em audiências ou reuniões gravadas, a IA pode transcrever o conteúdo, permitindo ao advogado revisitar o material sem precisar ouvir horas de áudio.
5. Tradução Aproximada: em casos que envolvam textos estrangeiros, plataformas de IA (como *DeepL*) fornecem versões traduzidas que servem de ponto de partida para análise.

Por fim, destacam-se alguns cuidados que devem ser tomados quando da utilização das tecnologias de IA (MCCARTHY, 2024):

1. Sigilo Profissional: nunca inserir informações confidenciais em plataformas de IA abertas, a menos que haja garantia de criptografia e termos de uso que salvaguardem esses dados. Esse é um dos motivos pelos quais a CAIXA realizou profundos estudos antes da liberação do COPILOT aos empregados.
2. Checagem de Fontes: ferramentas gerativas podem “inventar” referências. É crucial verificar a existência e a correção das citações jurisprudenciais ou doutrinárias sugeridas.
3. Conferência de Informações e Responsabilidade Final: o profissional continua responsável pelos documentos protocolados, devendo analisar as informações fornecidas sob o crivo da ética e manter postura crítica quanto aos resultados obtidos.

Conclusão

A Inteligência Artificial deixou de ser uma mera tendência e se consolidou como indispensável na transformação digital do universo jurídico. Seu impacto redefine processos, otimiza prazos e altera radicalmente a atuação de advogados, juízes, promotores e demais profissionais da área.

Nesse contexto, o profissional contemporâneo não pode se limitar ao conhecimento dos fundamentos jurídicos; precisa tam-

bém compreender e aplicar as ferramentas tecnológicas disponíveis de maneira prática e estratégica.

Assim, conhecimentos como o uso efetivo de *prompts* ou análises preditivas baseadas em jurimetria tornaram-se requisitos fundamentais para a sobrevivência e o sucesso dos operadores do Direito na atualidade.

Longe de ameaçar a atividade do advogado, essas inovações potencializam as habilidades humanas, automatizando tarefas repetitivas e burocráticas para que o profissional possa se dedicar a funções estratégicas e argumentativas. Para tanto, é fundamental adotar uma postura de constante aprendizado, superando barreiras e investindo na capacitação contínua.

Conclui-se que a integração bem-sucedida entre tecnologia e prática jurídica tradicional contribui diretamente para uma advocacia mais estratégica, inovadora e alinhada às demandas contemporâneas, beneficiando não apenas os profissionais envolvidos, mas também toda a sociedade pela agilidade e qualidade na prestação jurisdicional.

Referências

- AZEVEDO E SOUZA, Bernardo de. Advocacia 4.0: o advogado deve mudar o que faz, mas primeiro deve mudar a forma de pensar. Jusbrasil, 2019. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/advocacia-40-o-advogado-deve-mudar-o-que-faz-mas-primeiro-deve-mudar-a-forma-de-pensar/759775537>. Acesso em: 16 mar. 2025.
- BRITISH INSTITUTE OF INTERNATIONAL AND COMPARATIVE LAW (BIICL). The Use of Artificial Intelligence in Legal Practice. Londres: BIICL, 2023. Disponível em: https://www.biicl.org/documents/170_use_of_artificial_intelligence_in_legal_practice_final.pdf. Acesso em: 16 mar. 2025.
- BROWN, Dylan. Top benefits and use cases of AI for lawyers. LexisNexis, 6 out. 2024. Disponível em: <https://www.lexisnexis.co.uk/blog/future-of-law/top-benefits-use-cases-of-ai-for-lawyers>. Acesso em: 16 mar. 2025.
- CARTAXO, Mac Amaral. O impacto da inteligência artificial na prática jurídica. Consultor Jurídico (ConJur), 10 maio 2024. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2024/05/impacto-da-inteligencia-artificial-na-pratica-juridica>. Acesso em: 16 mar. 2025.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Justiça 4.0. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/justica-4-0/>. Acesso em: 16 mar. 2025.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Processo Judicial Eletrônico

(PJe). Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/processo-judicial-eletronico-pje/>. Acesso em: 16 mar. 2025.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP). Levantamento de Iniciativa de IA no Ministério Público. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Comissoes/CPE/MP_Digital/Publica%C3%A7%C3%A7%C3%B5es/Relat%C3%B3rio_IA_2023.pdf. Acesso em: 16 mar. 2025.

FREITAS, Cinthia Obladen de Almendra; BARDDAL, Jean Paul. Análise preditiva e decisões judiciais: controvérsia ou realidade? Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico, Florianópolis, v. 1, n. 18, p. 107-126, 2019. Disponível em: <https://buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/observatoriodoegov/article/view/314>. Acesso em: 16 mar. 2025.

MCCARTHY, Kevin T.; MASON, Brett A. et al. Artificial intelligence in legal practice: benefits, considerations, and best practices. Chicago: DRI, 2024. Disponível em: <https://www.dri.org/docs/default-source/dri-white-papers-and-reports/ai-legal-practice.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2025.

RIBEIRO, Guilherme. *O que são chatbots e como eles funcionam?* Rock Content, 2023. Disponível em: <https://rockcontent.com/br/blog/chatbots/>. Acesso em: 16 mar. 2025.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ). STJ recebe representantes de tribunais em projeto para fortalecer sistema de precedentes. Disponível

em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2024/11062024-STJ-recebe-representantes-de-tribunais-em-projeto-para-fortalecer-sistema-de-precedentes.aspx>. Acesso em: 16 mar. 2025.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). STF lança MARIA, ferramenta de inteligência artificial que dará mais agilidade aos serviços do Tribunal. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-lanca-maria-ferramenta-de-inteligencia-artificial-que-dara-mais-agilidade-aos-servicos-do-tribunal/>. Acesso em: 16 mar. 2025.

THOMSON REUTERS. How AI is transforming the legal profession. [S.I.], 16 jan. 2025. Disponível em: <https://legal.thomsonreuters.com/blog/how-ai-is-transforming-the-legal-profession/>. Acesso em: 16 mar. 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL (TJDFT). Maat: solução de inteligência artificial analisou mais de 660 mil processos do TJDFT. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2025/fevereiro/maat-solucao-de-inteligencia-artificial-do-tjdft-analisou-mais-de-660-mil>. Acesso em: 16 mar. 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL (TJDFT). Toth: Solução de inteligência artificial analisou mais de 1,2 milhão de petições no TJDFT. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2025/marco/solucao-de-inteligencia-artificial->

analisou-mais-de-1-2-milhao-de-peticoes-no-tjdft. Acesso em: 16 mar. 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (TJRJ). + Acordo. Disponível em: <https://www.tjrj.jus.br/advogado/servicos/mais-acordo/o-projeto>. Acesso em: 16 mar. 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (TJSP). Núcleo de Monitoramento de Perfis de Demandas (NUMOPEDe). São Paulo: TJSP, 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/wp-content/uploads/2023/12/FileFetch.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2025.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO (TRT10). Pela primeira vez, no Reino Unido e Estados Unidos, bot de inteligência artificial ajudará réu em defesa jurídica. Disponível em: <https://estrategia.trt10.jus.br/noticias/item/643-pela-primeira-vez-bot-de-inteligencia-artificial-ajudara-reu-em-defesa-juridica.html>. Acesso em: 16 mar. 2025.

TRINDADE, Alessandra Stefane Cândido Elias da; OLIVEIRA, Henry Poncio Cruz de. Inteligência artificial (IA) generativa e competência em informação. Perspectivas em Ciência da Informação, [S. I.], 2023, p. 6. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/GVCW7KbcRjGVhLSrmy3PCng/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 mar. 2025.

WHITE, Stu. How AI is reshaping the future of legal practice. The Law Society, 20 nov. 2024. Disponível em: <https://www.lawsociety.org.uk/topics/ai-and-lawtech/partner-content/how-ai-is-reshaping-the-future-of-legal-practice>. Acesso em: 16 mar. 2025.

